

HABEAS CORPUS Nº 515.531 - AC (2019/0168407-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
GILBERTO JORGE FERREIRA DA SILVA - AC001864
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : FRANCIVANIO DE OLIVEIRA CONCEICAO

DECISÃO

FRANCIVÂNIO DE OLIVEIRA CONCEIÇÃO alega sofrer constrangimento ilegal diante do acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Acre** na **Apelação Criminal n. 0005911-93.2017.8.01.0001**.

Depreende-se dos autos que o réu foi condenado, em primeira instância, à pena de 5 anos e 8 meses, em regime fechado, mais multa, pela prática do crime previsto no art. 2, § 2º, da Lei n 12.850/2013.

O Tribunal estadual deu provimento ao interposto pela acusação, para aumentar a reprimenda para 9 anos, 7 meses e 24 dias de reclusão.

Nesta Corte, a defesa aponta **constrangimento ilegal na dosimetria realizada para a fixação da reprimenda do acusado** – elevação da pena-base de forma desproporcional e aplicação das causas de aumento sem a devida fundamentação.

Requer, liminarmente e no mérito, **a redução da pena.**

Decido.

Com efeito, a dosimetria da pena, por configurar matéria restrita ao âmbito de certa discricionariedade do magistrado, regulada pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, demanda o exame acurado dos autos, providência inadequada para este momento processual e para a própria via eleita.

Ademais, tenho que o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, razão pela qual deverá ser analisado em momento oportuno pelo órgão colegiado, quando serão minuciosamente

examinados os fundamentos embasadores da pretensão.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Devidamente instruídos os autos, dispense a solicitação de informações.

Ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

